



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Bambuí
Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenadoria de Planejamento e Orçamento
Gerência de Compras, Licitações e Contratos
Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - Km 05 - Caixa Postal 05 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG
37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 90044/2024

PROCESSO Nº 23209.003634/2024-69

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, criado pela Lei nº 11.892/2008, mediante os Pregoeiros designados pela PORTARIA Nº 568 DE 16 DE MAIO DE 2024, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação, para registro de preços, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme especificações, quantitativos e condições gerais estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1. DIA: 22 de novembro de 2024

HORÁRIO: 09h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

CÓDIGO UASG: 158122

1.2. Critério de julgamento: menor preço por item.

1.3. Modo de Disputa: Aberto /Fechado

1.4. Preferência ME/EPP Equiparadas: Sim

1.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste Pregão Eletrônico no horário e data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independente de nova convocação.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do IFMG pelo endereço www.gov.br/compras/pt-br. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço <https://sisplan.ifmg.edu.br/processo/licitateca>.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de aparelhos e utensílios domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. **Caso exista divergência entre a descrição/especificação dos itens contidos no Termo de Referência daqueles cadastrados no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição do Termo de Referência.**

2.4. **A proposta final deve conter a descrição detalhada conforme planilha no item 1.1. do Termo de Referência.**

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os itens e/ou grupos de itens cujos valores totais constarem ATÉ R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será EXCLUSIVA a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas nos termos do art.48 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Para os itens e/ou grupos de itens com valores totais A PARTIR DE R\$ 80.000,01 (oitenta mil reais e um centavo), é assegurado o direito de participação às empresas de TODOS OS PORTES.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto na Cláusula de Habilitação deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Fabricante;
 - 6.1.4. Quantidade cotada;
 - 6.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 6.14. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto a Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão

consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:..

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.3. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço <https://sisplan.ifmg.edu.br/processo/licitateca>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente por meio eletrônico via internet para o e-mail licitacao.bambui@ifmg.edu.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br e <https://sisplan.ifmg.edu.br/processo/licitateca>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

15.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.11.4. ANEXO IV – Cadastro de Usuário Externo

BambuÍ, 07 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Carvalho Ferreira, Membro da Comissão Permanente de Licitação**, em 07/11/2024, às 12:17, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2097968** e o código CRC **5C87F035**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Bambuí
Diretoria de Administração e Planejamento
 Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - Km 05 - Caixa Postal 05 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG
 37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos para o IFMG - Campus Bambuí, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Cód. sisplan	Cód. catmat	Especificação	Unid.	Quant. Total
1	53337		Aparelho de ar condicionado 12000 Btus, tipo Split Hi-Wall, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade 12.000 Btus, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética "A", VOLTAGEM 220V, bifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.	und	6
2	55185	37710	Aparelho de ar condicionado 18.000 Btus, tipo Split Hi-Wall, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade 18.000 Btus, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética "A", VOLTAGEM 220V, bifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.	und	6
3	54336		Aparelho de ar condicionado 60.000 Btus, tipo Split PISO/TETO, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade de refrigeração de 60.000 Btus, que utilizem gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética "A", VOLTAGEM 220V, trifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.	und	12
4	63964	463069	Bebedouro de mesa refrigerado para garrafão de 20 L - Sistema eletrônico de refrigeração, baixo consumo de energia. Possuir duas torneiras, uma para água natural e outra para água gelada. Sistema perfurador que permite a colocação do garrafão sem necessidade de retirar o lacre, evitando derramamentos. Faz passagem direta do galão de água para a torneira, evitando o contato externo. Dreno para remoção de água. Bandeja coletora de água removível e de fácil limpeza. Voltagem: Bivolt. Cor: Branco. Incluso: Manual do produto. Garantia: 12 meses.	und	4
5	50447	452767	Bebedouro industrial, capacidade de 100 litros no reservatório, com filtro, 2 ou 3 toneiras cromadas, aparador de água frontal em chapa e aço inox com dreno, revestimento externo em chapa de aço inox, reservatório de água e tanque interno em material atóxico, serpentina interna em aço inox, gás ecológico, motor hermético, 127 v (ou bivolt), certificado inmetro	und	10
6	32752		Cortador de Frios. Aparelho construído em liga de alumínio injetado e pintado com sistema eletrostático a pó em duas camadas, sendo a última com verniz atóxico, o que garante absoluta proteção contra corrosão e oxidação. Lâminas de alta qualidade feitas em aço temperado revestido com cromo duro. As lâminas são montadas sobre polias e rolamentos de esferas, o que garante um funcionamento silencioso. Especificações Técnicas: Lâmina com 200 mm de diâmetro em aço cromo duro. Capacidade de corte: 150 x 125 mm. Indicado para pequenas produções. Voltagem: 110/220 V com chave seletora. Pintura eletrostática a pó em duas camadas. Dimensões: 51x34x43 cm (LxAxP). Peso: 14,5 Kg. Garantia: 6 meses.	und	2
7	42788		Cortador de Legumes grande Cortador de Legumes grande para uso industrial; Corpo em alumínio fundido e esmaltado; Tripé Soldado; Com duas molas; Navalha em aço inox; Colunas em aço maciço; Macho em plástico; Altura mínima: 110 cm; Peso mínimo: 3,0 kg; Pintura Eletrostática	und	4
8	64455		Cortina de ar Cortina de ar de 150 cm; tensão: 220 v; com controle remoto; potência: a partir de 240 watts; instalação: Parede.	und	4
9	64456		Cortina de ar Cortina de ar de 200 cm; tensão: 220 v; com controle remoto; potência: a partir de 300 watts; instalação: Parede.	und	8
10	44587		Escada em alumínio com sete degraus e fita de segurança - Material em alumínio, fabricada segundo os critérios da ABNT, leve, dobrável e fácil de guardar, com pescoço longo, possibilitando dois pontos de apoio; ideal para pequenos consertos e para alcançar lugares mais elevados, maior leveza e	und	6

			durabilidade. Dimensões aproximadas: altura: 180 cm; largura 43 cm. Capacidade: 100 Kg. Composição do produto: Degraus com tapete de borracha.		
11	42964		Fogão à gás industrial - 4 bocas. Sem forno; estrutura, quadro superior, painel de comando, prateleiras inferiores gradeadas e bandeja aparadoras, todo em aço inoxidável AISI 304 - 18,8; 04 trepes de (400x400) mm e 02 queimadores de 300 g simples; de alta potência em ferro fundido; registro de gás com duas graduações de chama; tubo de distribuição em aço pintado; medindo aproximadamente (1000x850) mm.	und	2
12	61187	451453	Fogão industrial de baixa pressão para Gás GLP com 2 bocas duplas sem forno, com estrutura em aço carbono super resistente e acabamento em pintura pó eletrostática com base fosfatizada, para atender a cozinha do IFMG.	und	2
13	44944		Forno Microondas, capacidade mínima - 30 Litros, mínimo de 03 níveis de potência, Tensão / Voltagem 110V. medidas aproximadas: altura 30 cm, largura 51 Cm, profundidade 40 Cm.	und	18
14	38737		Frigobar com capacidade de 120 Litros, cor branca, com congelador, controle de temperatura, porta reversível com prateleira (interna) inferior para garrafas com capacidade de até 2,5L, iluminação interna, pés deslizantes niveladores de altura (frontais e traseiros), porta-latas com capacidade para 10 latas, Frequência: 60Hz 127 V, Selo Procel, faixa A da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.	und	2
15	51462	310594	Geladeira 236 litros com as seguintes características: Painel manual, 01 gaveta, 01 porta, 4 prateleiras, pés niveladores, capacidade do freezer 26 litros, capacidade do refrigerador 236 litros, degelo cycle defrost, altura 152 cm, largura 55cm, profundidade 63,9 cm, peso 43 kg, 110 volts. Exclusiva gaveta para alimentos frescos como carnes, frios e laticínios, que não precisam ser retirados durante o descongelamento do refrigerador. Prateleiras da porta removíveis. Prateleiras do refrigerador removíveis, reguláveis e inclináveis: permitem o ajuste de acordo com a sua necessidade. -Pés niveladores: fácil nivelamento e movimentação do produto. -Porta em aço galvanizado. Não contém CFC: Não agride a camada de ozônio. Garantia mínima de 01 ano.	und	12
16	32741	150245	Lavadora de Alta Pressão, com as seguintes características: Fabricado com Materiais de Alta Resistência. Gatilho com Trava. União da Pistola em Latão. Com no mínimo 80% dos Materiais Recicláveis. Tensão (V) 220 Frequência (Hz), com medidas mínimas de 60 Profundidade Embalado (mm) 520 Altura Embalado (mm) 575 Largura Embalado (mm) 380 Comprimento do Cordão (m) 5 Pressão (bar/psi) 1600 Peso Líquido (Kg) 22, 1, Vazão igual ou superior a (l/h) 400 Garantia 12 Meses.	und	6
17	62207	363467	Lavadora semiautomática 20 kg, 220 v, Material plástico, semiautomática, água fria, abertura superior, dispenser duplo, retentor de objetos, filtro de fiapos, sistema de lavagem turbilhonamento, quantidade molhos 2 molhos, tempo de funcionamento 28 minutos, motor com protetor térmico, motor potência nominal 280W, rotação do motor 1625pm, desligamento automático, 03 níveis de Água. Dimensões: Altura: 97 cm, Largura: 56 cm, Profundidade: 61 cm, Peso: 11,2 kg. Garantia: 12 meses	und	4
18	32735	328458	Liquidificador com capacidade entre 2 a 4 litros, Copo de Plástico, mínimo 2 velocidades mais a função Pulsar/Triturar, potência acima de 500W, voltagem 110/220, máximo de consumo de energia de 1,4kw/h, lâminas em inox. Base antiderrapante e porta fio. Marca de referência: Britânia BLQ1380P	und	2
19	51463	28266	Liquidificador com as seguintes características: confeccionado em plástico e metal, 05 velocidades, 2,4 litros de capacidade, características dos batedores: Liquidificar, fatiar e triturar gelo, fazer sucos, vitaminas, molhos, sopas, bolos, com trava de segurança, com base antiderrapante, voltagem 110 volts, potência 700 w, consumo 0,7 Kw/h, cor preto, conteúdo da embalagem: 1 Unidade motora, 1 copo, 1 filtro, 1 tampa, 1 sobre tampa, 1 manual, peso aproximado 2,1 kg, garantia mínima 24 meses.	und	2
20	38623	28266	Liquidificador industrial em aço inox. Capacidade 4 litros. Corpo do copo em chapa 1,5 mm de espessura. Acabamento polido sanitário, espelhado interno e externo. Motor de ¼ HP. Copo de aço inoxidável AISI 304, com alça e tampa em aço inoxidável. Bivolt.	und	4
21	42789		Gaveta Rack p/ máquina de lavar louça. Gaveta (rack) de pino confeccionas em polipropileno (PP) resistente a temperatura, na cor azul; Aplicação: 18 pratos ou bandejas; Dimensões: 12,5 x 50,0 x 50,0cm (alt x larg x compr)	und	8
22	42840	261726	Ventilador de coluna com regulagem de altura, 3 hélices com forma diferenciada para maior vazão de ar e 3 velocidades para ajustar de acordo com sua necessidade, com movimento oscilante, inclinação regulável e fácil montagem, potm de 80w cultura mínima de 1,11m, voltagem 110v	und	16
23	64348		Ventilador de mesa silencioso, 40 cm 6 hélices com forma diferenciada para maior vazão de ar e 3 velocidades para ajustar de acordo com sua necessidade, com movimento oscilante, inclinação regulável e fácil montagem, potência mínima de 50w; tensão de alimentação 127 V; com grade de proteção para as hélices removível; com protetor térmico; com fusível de segurança; com alça de transporte.	und	20
24	64473		Ventilador de Teto, orbital com giro de 360° Características Técnicas: Maior ou igual a 50cm Potência: Maior ou igual que 160W. Frequência: 60Hz.	und	150

			Voltagem: 127V/220V (Bivolt). Inclinação Ajustável: Garantia maior ou igual a 1 ano		
25	62334	368974	Estufa elétrica para cozinha. Estufa para aquecimento de marmitas a seco, capacidade 50 unidades, revestimento externo em aço inox, aquecimento uniforme através de resistências blindadas em aço inox, perfeito isolamento em lâ de vidro garantindo baixo consumo energético, temperatura controlada através de termostato de 20 à 120°C; 127 V, própria para aquecimento de marmitas acondicionadas em recipientes de alumínio, aço inox, potes plásticos resistentes ao calor, potes de vidro temperado, ou quaisquer outros recipientes que suportem até 100°C.	und	8
26	47688	368974	Bebedouro Industrial 50 Litros - Aço Inox 1. Capacidade e Material: Armazenamento de água gelada: Capacidade de 50 litros no reservatório. Estrutura externa fabricada em aço inox 430 brilhante, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de limpeza. Serpentina interna em aço inox 304 para maior eficiência na troca térmica e resistência à oxidação. 2. Sistema de Refrigeração: Compressor hermético de alta eficiência, com isolamento térmico em EPS (poliestireno expandido), proporcionando economia de energia e maior retenção de temperatura. Utiliza gás refrigerante ecológico R134a, alinhado às normas ambientais, garantindo eficiência sem agressão ao meio ambiente. 3. Distribuição de Água: 2 Saídas de água gelada ou natural em metal cromado de alta resistência, projetadas para uso intenso e prolongado, podendo ser torneira ou jato; Aparador de água (bandeja) removível, fabricado em aço inox 430, com dreno embutido para facilitar o escoamento da água residual. 4. Controle e Ajustes: Termostato regulável para controle da temperatura da água, permitindo ajustes entre 5°C e 10°C, dependendo das condições de uso e necessidades do ambiente. Sistema de refrigeração balanceado, com baixo consumo de energia, garantindo economia e eficiência. Base com sapatas de nivelamento em nylon, ajustáveis para garantir a estabilidade do equipamento em superfícies irregulares. 5. Segurança e Certificação: Certificado pelo Inmetro, assegurando que o equipamento atende aos requisitos de segurança e qualidade estabelecidos por normas brasileiras. Equipamento projetado com foco em segurança operacional e baixo impacto ambiental. 6. Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Assistência técnica nacional, com suporte disponível para reposição de peças e manutenção preventiva.	und	12
27	65120	610437	Bebedouro industrial 25 litros. Especificação Técnica: 1. Estrutura e Material: Fabricado em aço inoxidável 430 para alta durabilidade e resistência à corrosão. Possui reservatório com capacidade para atender até 60 pessoas por hora, considerando um consumo médio de 200 ml por pessoa. 2. Capacidade e Isolamento: Capacidade do reservatório: Mínimo de 25 litros, em material resistente, como polipropileno. Isolamento térmico em EPS (poliestireno expandido), garantindo eficiência na manutenção da temperatura da água. 3. Controle de Temperatura: Equipado com termostato para ajuste da temperatura da água, permitindo personalização de acordo com as necessidades dos usuários. 4. Segurança e Estabilidade: Contém pés reguláveis em material de alta resistência (como ABS injetado) para maior estabilidade e adaptação em diferentes superfícies. Sistema de refrigeração que utiliza gás refrigerante ecológico (ex.: R134a), em conformidade com normas ambientais, não agressivo à camada de ozônio. 5. Sistema de Distribuição: Serpentina interna em aço inox 304 para eficiência na troca de calor. Aparador de água reforçado e mangueira de dreno para fácil escoamento da água residual. 6. Acessórios e Garantia: O equipamento deve vir com filtro multiuso como parte do pacote inicial. Garantia mínima de 1 ano contra defeitos de fabricação. 7. Dimensões e Especificações Elétricas: Voltagem: 220V ou 110V a escolher Tomada com 3 pinos, conforme normas da ABNT/NBR 60335. Dimensões aproximadas (LxAxP): 33 x 125 x 50 cm. Peso: Aproximadamente 17 kg.	und	10
28	44951		Aquecedor Elétrico portátil com as seguintes características: - potência: 03 níveis de aquecimento: 400, 800 e 1200 Watts; - desligamento automático; - material: cabo de força revestido em borracha; material plástico em PP e grade metálica; tubos de halógeno;	und	8

			- termostato interno para evitar superaquecimento; - grade protetora tipo colméia para igualar o calor; - silencioso; - rotação lateral; - consumo aproximado de 1,2 kW/h na frequência de 60 Hz; - dimensões aproximadas (LxAxP): 34 x 55 x 14 cm; - área recomendada: 15 a 18 m². Garantia mínima de 01 ano.		
29	63094	308631	Forno combinado elétrico, 10 funções, 500 receitas, capacidade para 40 GN's, tecnologia steam power e higienização automática - 220V- trifásico. Forno combinado de produção para alta demanda de refeições para restaurantes. Equipamento de alta tecnologia que permite a cocção de diversos tipos de alimento na mesma câmara, pois combina 3 funções diferentes: vapor, ar quente e vapor combinado. Permite o preparo de diversos alimentos diferentes ao mesmo tempo sem que os sabores e aromas se misturem e sem restrição de recipiente, podendo ser usado alumínio, vidro, porcelana e afins. Produzido inteiramente em aço inoxidável, com isolamento térmico de alto desempenho. Possui grande durabilidade e resistência. Possui uma sonda que permite identificar a temperatura do núcleo do alimento automaticamente e em tempo real, permitindo a adaptação das condições de vapor e temperatura para cada ocasião. Funções: vapor combinado, ar quente, cozinhar no vapor, regenerar, vapor manual, extrator de vapor, cocção por sonda/tempo, esfriar, minhas receitas e higienização automática. Armazena até 500 receitas de 4 passos cada uma, sensor de núcleo com 4 pontos de medição para controle de temperatura interna do alimento, controle de temperatura de 30°C a 260°C, controle de vapor ajustável de 0% a 100%, convecção de ar forçado por meio de turbinas de alta rotação, sensor de temperatura para monitoramento da câmara, isolamento de alta performance e durabilidade, dreno que facilita a higienização, uso eficiente de energia. Geração de vapor com sistema Steam Power, tecnologia para controle preciso da geração de vapor com baixo gasto energético. Higienização automática com 3 níveis de limpeza (leve, média e pesada). Capacidade para 40 GN's.	und	2

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do resultado da licitação no DOU, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. **Caso exista divergência entre a descrição ou especificação dos itens deste Termo de Referência e aqueles cadastrados no sistema Compras.gov, prevalecerá a do Termo de Referência.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O IFMG - Campus Bambuí identifica a necessidade de aprimorar sua infraestrutura por meio da aquisição de aparelhos e utensílios domésticos. Essa iniciativa visa atender de forma eficaz às demandas dos diversos setores do campus, incluindo áreas administrativas, laboratórios e espaços de convivência. A aquisição desses itens é fundamental para promover um ambiente de trabalho e ensino mais funcional e produtivo. A modernização de equipamentos como ventiladores, micro-ondas, bebedouros e refrigeradores, entre outros, é essencial para garantir a eficiência nas operações diárias, além de proporcionar melhores condições de conforto e praticidade para alunos, servidores e colaboradores. Isso impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica, tanto em atividades pedagógicas quanto administrativas. Assim, a implementação desta aquisição busca atender às necessidades emergentes do campus, contribuindo para um ambiente mais eficiente, confortável e alinhado com o desenvolvimento institucional, refletindo um compromisso contínuo com a melhoria da infraestrutura e a promoção de um ambiente de trabalho e aprendizado de alta qualidade.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O objeto desta contratação deverá atender as especificações constantes no item 01 deste Termo de Referência.

3.2. Visando garantir a qualidade dos produtos, deverão ser apresentados juntamente com a proposta de preços, os seguintes documentos:

1. Catálogo, dos produtos ofertados, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação do Pregoeiro e sua Equipe, demonstrando a adequação da licitante às especificações requeridas no Termo de Referência. O catálogo deverá conter foto ou projeto ilustrativo de cada produto demonstrando claramente a qual item do edital se refere.

2. O IFMG informa que as empresas que são fabricantes e prestam a assistência técnica/garantia ao mesmo tempo poderão deixar de ter no objeto social a prestação de assistência técnica. Quando ocorrer esse fato a empresa deverá inserir no sistema declaração informando que será a mesma que prestará a assistência técnica se responsabilizando por reparos ou trocas que se fizer necessárias. A licitante deverá garantir que irá cumprir assim a assistência técnica/ garantia dos produtos ofertados.

3. Apresentar o anexo devidamente preenchido e assinado, de acordo com Edital: ANEXO III - Cadastro de Usuário Externo - SEI IFMG.

3.3. A solução mais adequada para a aquisição de aparelhos e utensílios domésticos para o IFMG Campus Bambuí é a contratação por meio de **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Essa modalidade de contratação oferece uma série de vantagens, como a garantia de preços competitivos, flexibilidade nas aquisições e a possibilidade de contratação de múltiplos fornecedores para garantir a variedade e qualidade dos itens. A solução atende às necessidades tanto de setores administrativos quanto operacionais do campus, visando equipar adequadamente os espaços de uso comum, como cozinhas e áreas de apoio.

3.4. **Exigências de Qualidade e Padrões Técnicos:** Os aparelhos e utensílios domésticos a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos técnicos:

3.4.1. **Durabilidade e eficiência energética:** Especial atenção será dada à escolha de eletrodomésticos que tenham classificações adequadas de consumo energético (mínimo A, conforme o Procel), visando a redução de custos a longo prazo e o impacto ambiental.

3.4.2. **Material resistente e de qualidade:** Os utensílios deverão ser fabricados com materiais de alta durabilidade, como aço inoxidável, vidro temperado ou outros materiais certificados que garantam resistência ao desgaste e ao uso intensivo.

3.4.3. **Segurança e certificações:** Todos os produtos adquiridos deverão conter certificação de segurança, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores nacionais, como o INMETRO, para garantir a integridade dos usuários.

3.5. **Exigências de Manutenção e Assistência Técnica:** Para garantir a plena funcionalidade dos aparelhos adquiridos e evitar a interrupção de atividades, as empresas fornecedoras deverão assegurar:

3.5.1. **Garantia mínima de 12 meses para todos os aparelhos,** com a possibilidade de extensão dessa garantia mediante negociação. Durante esse período, a assistência técnica deverá ser prestada sem custos adicionais à Administração.

3.5.2. **Rede de assistência técnica regional:** Priorizar fornecedores que disponham de suporte técnico acessível, localizado preferencialmente na região, para agilizar reparos e substituições de peças. .

3.5.3. **Instruções de uso e instalação:** Todos os produtos deverão ser acompanhados de manuais técnicos em português, que orientem o uso, manutenção e instalação, minimizando o risco de danos por mau uso ou instalação inadequada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUSTENTABILIDADE:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.2. Sejam constituídos, sempre que possível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15.448-1 e 15.448-2;

4.1.1.3. Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.1.4. Eficiência Energética

4.1.1.4.1. Priorizar a aquisição de aparelhos domésticos que possuam selo de eficiência energética de categorias "A" ou "B" do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO. Esses equipamentos reduzem o consumo de energia elétrica, diminuindo o impacto ambiental e os custos operacionais da instituição.

4.1.1.5. Gestão de Resíduos Sólidos

4.1.1.5.1. Os fornecedores devem estar comprometidos com a destinação adequada dos resíduos gerados no processo de fabricação e descarte dos equipamentos. A responsabilidade pós-consumo, como a reciclagem de componentes e embalagens, deve ser considerada.

4.1.1.5.2. O contratante deve buscar informações sobre programas de logística reversa para o descarte de eletrodomésticos antigos.

4.1.1.6. Durabilidade e Reparabilidade

4.1.1.6.1. Devem ser adquiridos produtos que possuam certificação de durabilidade e facilidade de manutenção, bem como a disponibilidade de peças de reposição. Essa medida visa prolongar a vida útil dos itens, reduzindo a geração de resíduos e o consumo desnecessário de novos produtos.

4.1.1.7. Uso Racional de Recursos

4.1.1.7.1. Os equipamentos que utilizam água, como bebedouros, devem ter mecanismos de controle de consumo e eficiência no uso de água, contribuindo para a redução do desperdício.

4.1.1.8. Embalagens Sustentáveis

4.1.1.8.1. Sempre que possível, deve-se exigir que os produtos adquiridos venham em embalagens recicláveis ou biodegradáveis, minimizando a geração de resíduos no campus.

4.1.1.9. Produção com Baixa Emissão de Carbono

4.1.1.9.1. Dar preferência a fornecedores que adotam práticas sustentáveis na fabricação de seus produtos, como o uso de energias renováveis, redução de emissões de gases de efeito estufa e implementação de práticas que respeitam os princípios do desenvolvimento sustentável.

4.1.1.10. Certificações Ambientais

4.1.1.10.1. Priorizar fornecedores e produtos que possuam certificações ambientais reconhecidas, como ISO 14001 (Gestão Ambiental), o Selo Procel (eficiência energética), ou outros equivalentes que comprovem o compromisso com a sustentabilidade.

4.1.1.11. Responsabilidade Social

4.1.1.11.1. Empresas que promovam práticas de responsabilidade social, como boas condições de trabalho, inclusão de pessoas com deficiência, e apoio a projetos comunitários, devem ser priorizadas no processo de aquisição.

4.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021):

4.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), a título de referência, para melhor compreensão do objeto, de acordo com o Art. 41, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.4.1.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.4.1.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;

4.4.1.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame

4.5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 4.5.1. São obrigações do Contratante:
- 4.5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 4.5.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;
- 4.5.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 4.5.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 4.5.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.5.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;
- 4.5.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 4.5.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 4.5.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 4.5.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 4.5.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) ano.
- 4.5.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.5.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 4.6.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 4.6.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 4.6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 4.6.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 4.6.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 4.6.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 4.6.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 4.6.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - 4.6.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
 - 4.6.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
 - 4.6.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - 4.6.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
 - 4.6.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 4.6.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 4.6.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 - 4.6.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja

satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

4.6.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.6.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

4.6.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.6.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.6.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.6.2. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

4.6.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

4.6.3.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

4.6.3.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.6.3.3. der causa à inexecução total do contrato;

4.6.3.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

4.6.3.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

4.6.3.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

4.6.3.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.6.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.6.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

4.6.4.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

4.6.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

4.6.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando o contratado apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.6.4.4. Multa:

4.6.4.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

4.6.4.4.2. moratória de 0,07% (sete décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4.6.4.4.3. compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

4.6.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.6.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.6.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.6.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.6.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.6.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.6.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.6.12. a natureza e a gravidade da infração cometida;

4.6.13. as peculiaridades do caso concreto;

4.6.14. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 4.6.15. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 4.6.16. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 4.6.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 4.6.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 4.6.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 4.6.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 4.6.21. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.1.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

IFMG - CAMPUS BAMBUI. FAZENDA VARGINHA - RODOVIA BAMBUI/MEDEIROS, KM 05 - BAMBUI-MG. CEP: 38.900-000

5.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.2.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.2.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.2.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.2.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.2.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));
- 6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

- 6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.
- 7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. LIQUIDAÇÃO

- 7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;

- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.5.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.5.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

8.1.2. Exigências de habilitação

8.1.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.4. Habilitação jurídica

8.1.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.1.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.1.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.3.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.3.8. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.3.9. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.3.10. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.3.11. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.3.12. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.3.13. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três

últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.3.14. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Gestão/Unidade: 26409 / 158122

10.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000

10.2.3. Programa de Trabalho: 239289

10.2.4. Elemento de Despesa: 449052

10.2.5. Plano Interno: UEXREP60BAN

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bambuí, 28 de outubro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Helenise Aparecida Silva Carvalho, Diretor(a) de Administração e Planejamento**, em 28/10/2024, às 14:07, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Francisco Carvalho, Coordenador(a) de Planejamento e Orçamento**, em 28/10/2024, às 14:31, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2084219** e o código CRC **B835D046**.

Estudo Técnico Preliminar 254/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23209.003634/2024-69

2. Descrição da necessidade

O IFMG - Campus Bambuí identifica a necessidade de aprimorar sua infraestrutura por meio da aquisição de aparelhos e utensílios domésticos. Essa iniciativa visa atender de forma eficaz às demandas dos diversos setores do campus, incluindo áreas administrativas, laboratórios e espaços de convivência. A aquisição desses itens é fundamental para promover um ambiente de trabalho e ensino mais funcional e produtivo.

A modernização de equipamentos como ventiladores, micro-ondas, bebedouros e refrigeradores, entre outros, é essencial para garantir a eficiência nas operações diárias, além de proporcionar melhores condições de conforto e praticidade para alunos, servidores e colaboradores. Isso impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica, tanto em atividades pedagógicas quanto administrativas.

Assim, a implementação desta aquisição busca atender às necessidades emergentes do campus, contribuindo para um ambiente mais eficiente, confortável e alinhado com o desenvolvimento institucional, refletindo um compromisso contínuo com a melhoria da infraestrutura e a promoção de um ambiente de trabalho e aprendizado de alta qualidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Helenise Aparecida Silva Carvalho
Herbário	Tiago Garcia de Cunha
Laboratório de Entomologia	Tiago Garcia da Cunha
Laboratório de Análises de Água e Leite	Alessandra Regina Vital
Laboratório de Informática	Saulo Henrique D'Carlos Barbosa
Coordenadoria de Assuntos Estudantis	Monícia Paula Lemos
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Elizabeth Abreu da Natividade Gonçalves
Mecânica agrícola	Philippe Mourão Silva Diamante
Restaurante	Ana Maria de Freitas Barcelos
Seção de Comunicação e Eventos	Soraya Goulart Passos de Oliveira
Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação	Mauro Henrique Silva
Laboratório Tecnologia grãos, cereais, panificação e massas	Edilson Lourenço
Laboratório Análise Microbiológica	Fernanda Gonçalves Carlos

Laboratório de Biologia Molecular	Lívia Cristina Santos
Laboratório de Análise Sensorial	Fernanda Gonçalves Carlos
Laboratório de Bovinocultura	Carlos Alberto de Carvalho
Laboratório de Suinocultura	Carlos Alberto de Carvalho
Laboratório de Avicultura	Carlos Alberto de Carvalho
Laboratório de Caprinocultura e Ovinocultura	Francisco Novaes Junior
Laboratório de Físico Química	Nayara Penoni
Laboratório de Eletrônica	Reginaldo Ferreira Lopes
Coordenadoria de Gestão Acadêmica	Marcos Roberto Ribeiro
Centro Clínico Veterinário	Cândice Mara Bertonha

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os itens a serem adquiridos devem atender as seguintes especificações técnicas:

Item	Descrição detalhada
1	Aparelho de ar condicionado 12000 Btus Aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade 12.000 Btus, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética “A”, VOLTAGEM 220V, bifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.
2	Aparelho de ar condicionado 18.000 Btus Aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade 18.000 Btus, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética “A”, VOLTAGEM 220V, bifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.

3	Aparelho de ar condicionado 60.000 Btus Aparelho de ar condicionado tipo Split PISO/TETO, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade de refrigeração de 60.000 Btus, que utilizem gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética “A”, VOLTAGEM 220V, trifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.
4	Bebedouro de mesa refrigerado para garrafão Bebedouro de mesa refrigerado para garrafão de 20 L - Sistema eletrônico de refrigeração, baixo consumo de energia. Possuir duas torneiras, uma para água natural e outra para água gelada. Sistema perfurador que permite a colocação do garrafão sem necessidade de retirar o lacre, evitando derramamentos. Faz passagem direta do galão de água para a torneira, evitando o contato externo. Dreno para remoção de água. Bandeja coletora de água removível e de fácil limpeza. Voltagem: Bivolt. Cor: Branco. Incluso: Manual do produto. Garantia: 12 meses.
5	Bebedouro Industrial BEBEDOURO ÁGUA BEBEDOURO INDUSTRIAL, CAPACIDADE DE 100 LITROS NO RESERVATÓRIO, COM FILTRO, 2 OU 3 TONEIRAS CROMADAS, APARADOR DE ÁGUA FRONTAL EM CHAPA E AÇO INOX COM DRENO, REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOX, RESERVATÓRIO DE ÁGUA E TANQUE INTERNO EM MATERIAL ATÓXICO, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX, GÁS ECOLÓGICO, MOTOR HERMÉTICO, 127 V (OU BIVOLT), CERTIFICADO INMETRO
6	Cortador de Frios CORTADOR, FRIOS, Aparelho construído em liga de alumínio injetado e pintado com sistema eletrostático a pó em duas camadas, sendo a última com verniz atóxico, o que garante absoluta proteção contra corrosão e oxidação. Lâminas de alta qualidade feitas em aço temperado revestido com cromo duro. As lâminas são montadas sobre polias e rolamentos de esferas, o que garante um funcionamento silencioso. Especificações Técnicas: Lâmina com 200 mm de diâmetro em aço cromo duro. Capacidade de corte: 150 x 125 mm. Indicado para pequenas produções. Voltagem: 110/220 V com chave seletora. Pintura eletrostática a pó em duas camadas. Dimensões: 51x34x43 cm (LxAxP). Peso: 14,5 Kg. Garantia: 6 meses.

7	Cortador de Legumes grande Cortador de Legumes grande para uso industrial; Corpo em alumínio fundido e esmaltado; Tripé Soldado; Com duas molas; Navalha em aço inox; Colunas em aço maciço; Macho em plástico; Altura mínima: 110 cm; Peso mínimo: 3,0 kg; Pintura Eletrostática
8	Cortina de ar Cortina de ar de 150 cm; tensão: 220 v; com controle remoto; potência: a partir de 240 watts; instalação: Parede.
9	Cortina de ar Cortina de ar de 200 cm; tensão: 220 v; com controle remoto; potência: a partir de 300 watts; instalação: Parede.
10	Escada com sete degraus Escada em alumínio com sete degraus e fita de segurança - Material em alumínio, fabricada segundo os critérios da ABNT, leve, dobrável e fácil de guardar, com pescoço longo, possibilitando dois pontos de apoio; ideal para pequenos consertos e para alcançar lugares mais elevados, maior leveza e durabilidade. Dimensões aproximadas: altura: 180 cm; largura 43 cm. Capacidade: 100 Kg. Composição do produto: Degraus com tapete de borracha.
11	Fogão à gás industrial - 4 bocas sem forno Fogão à gás industrial - 4 bocas. Sem forno; estrutura, quadro superior, painel de comando, prateleiras inferiores gradeadas e bandeja aparadoras, todo em aço inoxidável AISI 304 - 18.8; 04 trepes de (400x400) mm e 02 queimadores de 300 g simples; de alta potência em ferro fundido; registro de gás com duas graduações de chama; tubo de distribuição em aço pintado; medindo aproximadamente (1000x850) mm.
12	Fogão industrial de baixa pressão para Gás GLP com 2 bocas duplas sem forno, Fogão industrial de baixa pressão para Gás GLP com 2 bocas duplas sem forno, com estrutura em aço carbono super resistente e acabamento em pintura pó eletrostática com base fosfatizada, para atender a cozinha do IFMG.
13	Forno Microondas, mínimo 30 litros FORNO MICROONDAS, Capacidade mínima - 30 Litros, mínimo de 03 níveis de potência, Tensão / Voltagem 110V. medidas aproximadas: altura 30 cm, largura 51 Cm, profundidade 40 Cm.
14	Frigobar Frigobar com capacidade de 120 Litros, cor branca, com congelador, controle de temperatura, porta reversível com prateleira (interna) inferior para garrafas com capacidade de até 2,5 L, iluminação interna, pés deslizantes niveladores de altura (frontais e traseiros), porta-latas com

	capacidade para 10 latas, Frequência: 60Hz 127 V, Selo Procel, faixa A da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.
15	Geladeira 236 litros Geladeira 236 litros com as seguintes características: Painel manual, 01 gaveta, 01 porta, 4 prateleiras, pés niveladores, capacidade do freezer 26 litros, capacidade do refrigerador 236 litros, degelo cycle defrost, altura 152 cm, largura 55cm, profundidade 63,9 cm, peso 43 kg, 110 volts. Exclusiva gaveta para alimentos frescos como carnes, frios e laticínios, que não precisam ser retirados durante o descongelamento do refrigerador. Prateleiras da porta removíveis. Prateleiras do refrigerador removíveis, reguláveis e inclináveis: permitem o ajuste de acordo com a sua necessidade. -Pés niveladores: fácil nivelamento e movimentação do produto. -Porta em aço galvanizado. Não contém CFC: Não agride a camada de ozônio. Garantia mínima de 01 ano.
16	Lavadora de Alta Pressão LAVADORA, ALTA PRESSÃO, com as seguintes características: Fabricado com Materiais de Alta Resistência. Gatilho com Trava. União da Pistola em Latão. Com no mínimo 80% dos Materiais Recicláveis. Tensão (V) 220 Frequência (Hz), com medidas mínimas de 60 Profundidade Embalado (mm) 520 Altura Embalado (mm) 575 Largura Embalado (mm) 380 Comprimento do Cordão (m) 5 Pressão (bar/psi) 1600 Peso Líquido (Kg) 22, 1, Vazão igual ou superior a (l/h) 400 Garantia 12 Meses.
17	Lavadora semiautomática 20Kg Lavadora semiautomática 20 kg, 220 v, Material plástico, semiautomática, água fria, abertura superior, dispenser duplo, retentor de objetos, filtro de fiapos, sistema de lavagem turbilhonamento, quantidade molhos 2 molhos, tempo de funcionamento 28 minutos, motor com protetor térmico, motor potência nominal 280W, rotação do motor 1625pm, desligamento automático, 03 níveis de Água. Dimensões: Altura: 97 cm, Largura: 56 cm, Profundidade: 61 cm, Peso: 11,2 kg. Garantia: 12 meses
18	Liquidificador LIQUIDIFICADOR com capacidade entre 2 a 4 litros, Copo de Plástico, mínimo 2 velocidades mais a função Pulsar/Triturar, potência acima de 500W, voltagem 110/220, máximo de consumo de energia de 1,4kw/h, lâminas em inox. Base antiderrapante e porta fio. Marca de referência: Britânia BLQ1380P

19	Liquidificador Liquidificador com as seguintes características: confeccionado em plástico e metal, 05 velocidades, 2,4 litros de capacidade, características dos batedores: Liquidificar, fatiar e triturar gelo, fazer sucos, vitaminas, molhos, sopas, bolos, com trava de segurança, com base antiderrapante, voltagem 110 volts, potência 700 w, consumo 0,7 Kw/h, cor preto, conteúdo da embalagem: 1 Unidade motora, 1 copo, 1 filtro, 1 tampa, 1 sobre tampa, 1 manual, peso aproximado 2,1 kg, garantia mínima 24 meses.
20	Liquidificador industrial em aço inox. Liquidificador industrial em aço inox. Capacidade 4 litros. Corpo do copo em chapa 1,5 mm de espessura. Acabamento polido sanitário, espelhado interno e externo. Motor de ¼ HP. Copo de aço inoxidável AISI 304, com alça e tampa em aço inoxidável. Bivolt.
21	Rack p/ máquina de lavar louça - 18 pratos Gaveta Rack p/ máquina de lavar louça. Gaveta (rack) de pino confeccionas em polipropileno (PP) resistente a temperatura, na cor azul; Aplicação: 18 pratos ou bandejas; Dimensões: 12,5 x 50,0 x 50,0cm (alt x larg x compr)
22	Ventilador de Coluna Ventilador de coluna com regulagem de altura, 3 hélices com forma diferenciada para maior vazão de ar e 3 velocidades para ajustar de acordo com sua necessidade, com movimento oscilante, inclinação regulável e fácil montagem, potm de 80w cultura minima de 1,11 m, voltagem 110v.
23	Ventilador de Mesa 40cm 6 pás Ventilador de mesa silencioso, 40 cm 6 hélices com forma diferenciada para maior vazão de ar e 3 velocidades para ajustar de acordo com sua necessidade, com movimento oscilante, inclinação regulável e fácil montagem, potência mínima de 50w; tensão de alimentação 127 V; com grade de proteção para as hélices removível; com protetor térmico; com fusível de segurança; com alça de transporte.
24	Ventilador de Teto, orbital com giro de 360° Ventilador de Teto, orbital com giro de 360° Características Técnicas: Maior ou igual a 50cm Potência: Maior ou igual que 160W. Frequência: 60Hz. Voltagem: 127V/220V (Bivolt). Inclinação Ajustável: Garantia maior ou igual a 1 ano
25	Estufa elétrica para cozinha Estufa para aquecimento de marmitas a seco, capacidade 50 unidades, revestimento externo em aço inox, aquecimento uniforme através de resistências blindadas em aço inox, perfeito isolamento em lã de vidro garantindo baixo consumo energético, temperatura controlada através de termostato de 20 à 120°C; 127 V, própria para aquecimento de marmitas acondicionadas em recipientes de alumínio, aço inox, potes plásticos resistentes ao calor, potes de vidro temperado, ou quaisquer outros recipientes que suportem até 100°C.

26	Bebedouro Industrial 50 Litros Inox Bebedouro Industrial 50 Litros - Aço Inox 1. Capacidade e Material: Armazenamento de água gelada: Capacidade de 50 litros no reservatório. Estrutura externa fabricada em aço inox 430 brilhante, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de limpeza. Serpentina interna em aço inox 304 para maior eficiência na troca térmica e resistência à oxidação. 2. Sistema de Refrigeração: Compressor hermético de alta eficiência, com isolamento térmico em EPS (poliestireno expandido), proporcionando economia de energia e maior retenção de temperatura. Utiliza gás refrigerante ecológico R134a, alinhado às normas ambientais, garantindo eficiência sem agressão ao meio ambiente. 3. Distribuição de Água: 2 Saídas de água gelada ou natural em metal cromado de alta resistência, projetadas para uso intenso e prolongado, podendo ser torneira ou jato; Aparador de água (bandeja) removível, fabricado em aço inox 430, com dreno embutido para facilitar o escoamento da água residual. 4. Controle e Ajustes: Termostato regulável para controle da temperatura da água, permitindo ajustes entre 5°C e 10°C, dependendo das condições de uso e necessidades do ambiente. Sistema de refrigeração balanceado, com baixo consumo de energia, garantindo economia e eficiência. Base com sapatas de nivelamento em nylon, ajustáveis para garantir a estabilidade do equipamento em superfícies irregulares. 5. Segurança e Certificação: Certificado pelo Inmetro, assegurando que o equipamento atende aos requisitos de segurança e qualidade estabelecidos por normas brasileiras. Equipamento projetado com foco em segurança operacional e baixo impacto ambiental. 6. Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Assistência técnica nacional, com suporte disponível para reposição de peças e manutenção preventiva.
27	Bebedouro industrial 25 litros Especificação Técnica: Bebedouro Industrial de Água Gelada 1. Estrutura e Material: Fabricado em aço inoxidável 430 para alta durabilidade e resistência à corrosão. Possui reservatório com capacidade para atender até 60 pessoas por hora, considerando um consumo médio de 200 ml por pessoa. 2. Capacidade e Isolamento: Capacidade do reservatório: Mínimo de 25 litros, em material resistente, como polipropileno. Isolamento térmico em EPS (poliestireno expandido), garantindo eficiência na manutenção da temperatura da água. 3. Controle de Temperatura: Equipado com termostato para ajuste da temperatura da água, permitindo personalização de acordo com as necessidades dos usuários. 4. Segurança e Estabilidade: Contém pés reguláveis em material de alta resistência (como ABS injetado) para maior estabilidade e adaptação em diferentes superfícies. Sistema de refrigeração que utiliza gás refrigerante ecológico (ex.: R134a), em conformidade com normas ambientais, não agressivo à camada de ozônio. 5. Sistema de Distribuição:

	Serpentina interna em aço inox 304 para eficiência na troca de calor. Aparador de água reforçado e mangueira de dreno para fácil escoamento da água residual. 6. Acessórios e Garantia: O equipamento deve vir com filtro multiuso como parte do pacote inicial. Garantia mínima de 1 ano contra defeitos de fabricação. 7. Dimensões e Especificações Elétricas: Voltagem: 220V ou 110V a escolher Tomada com 3 pinos, conforme normas da ABNT/NBR 60335. Dimensões aproximadas (LxAxP): 33 x 125 x 50 cm. Peso: Aproximadamente 17 kg.
28	Aquecedor Elétrico - Portátil Aquecedor Elétrico portátil com as seguintes características: - potência: 03 níveis de aquecimento: 400, 800 e 1200 Watts; - desligamento automático; - material: cabo de força revestido em borracha; material plástico em PP e grade metálica; tubos de halógeno; - termostato interno para evitar superaquecimento; - grade protetora tipo colméia para igualar o calor; - silencioso; - rotação lateral; - consumo aproximado de 1,2 kW/h na frequência de 60 Hz; - dimensões aproximadas (LxAxP): 34 x 55 x 14 cm; - área recomendada: 15 a 18 m². Garantia mínima de 01 ano.
29	FORNO COMBINADO ELÉTRICO 40 GN Forno combinado elétrico, 10 funções, 500 receitas, capacidade para 40 GN's, tecnologia steam power e higienização automática - 220V- trifásico. Forno combinado de produção para alta demanda de refeições para restaurantes. Equipamento de alta tecnologia que permite a cocção de diversos tipos de alimento na mesma câmara, pois combina 3 funções diferentes: vapor, ar quente e vapor combinado. Permite o preparo de diversos alimentos diferentes ao mesmo tempo sem que os sabores e aromas se misturem e sem restrição de recipiente, podendo ser usado alumínio, vidro, porcelana e afins. Produzido inteiramente em aço inoxidável, com isolamento térmico de alto desempenho. Possui grande durabilidade e resistência. Possui uma sonda que permite identificar a temperatura do núcleo do alimento automaticamente e em tempo real, permitindo a adaptação das condições de vapor e temperatura para cada ocasião. Funções: vapor combinado, ar quente, cozinhar no vapor, regenerar, vapor manual, extrator de vapor, cocção por sonda/tempo, esfriar, minhas receitas e higienização automática. Armazena até 500 receitas de 4 passos cada uma, sensor de núcleo com 4 pontos de medição para controle de temperatura interna do alimento, controle de temperatura de 30°C a 260°C, controle de vapor ajustável de 0% a 100%, convecção de ar forçado por meio de turbinas de alta rotação, sensor de temperatura para monitoramento da câmara, isolamento de alta performance e durabilidade, dreno que facilita a higienização, uso eficiente de energia. Geração de vapor com sistema Steam Power, tecnologia para controle preciso da geração de vapor com baixo gasto energético. Higienização automática com 3 níveis de limpeza (leve, média e pesada). Capacidade para 40 GN's.

--	--

5. Levantamento de Mercado

Em conformidade com as orientações estabelecidas pela IN 40/2020, o levantamento de mercado para a aquisição de aparelhos e utensílios domésticos foi realizado com base nas diretrizes que visam à prospecção e análise das melhores soluções disponíveis no mercado. O objetivo desse levantamento é identificar fornecedores qualificados e métodos que atendam adequadamente às necessidades do IFMG Campus Bambuí, assegurando a eficiência da contratação e o cumprimento dos princípios da economicidade e competitividade.

1. Prospecção e análise de soluções possíveis

O processo de levantamento considerou as seguintes ações:

a) Análise de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades:

Foram verificadas contratações recentes realizadas por instituições públicas com demandas semelhantes, a fim de identificar práticas e soluções que possam ser adaptadas ao contexto do IFMG. Esse procedimento permitiu a avaliação de novas metodologias e inovações tecnológicas que possam otimizar o processo de aquisição, desde a qualidade dos produtos até a logística de entrega. Contratações anteriores indicaram uma tendência de utilização de fornecedores regionais e de tecnologias que oferecem maior durabilidade e eficiência energética para aparelhos domésticos, características que podem beneficiar o IFMG.

b) Consulta a potenciais fornecedores:

Para garantir a aderência às especificações técnicas e identificar possíveis soluções inovadoras, foram realizadas consultas junto a fornecedores locais e regionais. Essa comunicação ocorreu por meio de consultas públicas e diálogos diretos, permitindo a coleta de contribuições sobre as melhores práticas do mercado, condições de fornecimento, e eventuais alternativas de produtos com melhor custo-benefício. Esse diálogo também ajudou a identificar possíveis gargalos no fornecimento e soluções logísticas, como a entrega fracionada dos produtos, para evitar onerar a Administração com grandes estoques desnecessários.

2. Flexibilização dos Requisitos

Durante o levantamento de mercado, observou-se que a quantidade de fornecedores habilitados para atender a todos os itens não é restrita. No entanto, em casos onde a participação de fornecedores se mostrou limitada devido a requisitos técnicos, tais exigências foram avaliadas minuciosamente, e flexibilizadas sempre que possível, desde que não compromettesse a qualidade e a segurança dos produtos fornecidos. A adoção de critérios menos restritivos permitiu maior participação de empresas regionais e, com isso, aumentou a competitividade do processo.

3. Justificativas no caso de restrições

Em conformidade com o art. 7º, §2º, caso o levantamento de mercado evidenciasse uma quantidade limitada de fornecedores, seriam apresentadas as justificativas pertinentes. No entanto, até o presente momento, a análise de mercado demonstra a existência de fornecedores suficientes para garantir a competitividade do processo licitatório.

Conclusão

Com base no levantamento de mercado realizado, constatou-se a viabilidade de seguir com o processo de aquisição por meio de Pregão SRP. A análise demonstrou a existência de alternativas de fornecimento que atendem às necessidades do IFMG Campus Bambuí, com soluções adequadas em termos de qualidade, inovação e economia para a Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

1. Solução Proposta: A solução mais adequada para a aquisição de aparelhos e utensílios domésticos para o IFMG Campus Bambuí é a contratação por meio de **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Essa modalidade de contratação oferece uma série de vantagens, como a garantia de preços competitivos, flexibilidade nas aquisições e a possibilidade de contratação de múltiplos fornecedores para garantir a variedade e qualidade dos itens. A solução atende às necessidades tanto de setores administrativos quanto operacionais do campus, visando equipar adequadamente os espaços de uso comum, como cozinhas e áreas de apoio.

2. Exigências de Qualidade e Padrões Técnicos: Os aparelhos e utensílios domésticos a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos técnicos:

- **Durabilidade e eficiência energética:** Especial atenção será dada à escolha de eletrodomésticos que tenham classificações adequadas de consumo energético (mínimo A, conforme o Procel), visando a redução de custos a longo prazo e o impacto ambiental.
- **Material resistente e de qualidade:** Os utensílios deverão ser fabricados com materiais de alta durabilidade, como aço inoxidável, vidro temperado ou outros materiais certificados que garantam resistência ao desgaste e ao uso intensivo.
- **Segurança e certificações:** Todos os produtos adquiridos deverão conter certificação de segurança, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores nacionais, como o INMETRO, para garantir a integridade dos usuários.

3. Exigências de Manutenção e Assistência Técnica: Para garantir a plena funcionalidade dos aparelhos adquiridos e evitar a interrupção de atividades, as empresas fornecedoras deverão assegurar:

- **Garantia mínima de 12 meses para todos os aparelhos,** com a possibilidade de extensão dessa garantia mediante negociação. Durante esse período, a assistência técnica deverá ser prestada sem custos adicionais à Administração.
- **Rede de assistência técnica regional:** Priorizar fornecedores que disponham de suporte técnico acessível, localizado preferencialmente na região, para agilizar reparos e substituições de peças. A garantia de pronta reposição de peças e serviços de manutenção preventiva/corretiva será um critério importante na seleção dos fornecedores.
- **Instruções de uso e instalação:** Todos os produtos deverão ser acompanhados de manuais técnicos em português, que orientem o uso, manutenção e instalação, minimizando o risco de danos por mau uso ou instalação inadequada.

4. Justificativa Técnica: A escolha do Pregão SRP justifica-se tecnicamente por proporcionar maior flexibilidade nas aquisições e atender à demanda contínua de diversos setores do campus. Essa modalidade permite a compra fracionada dos itens, conforme a necessidade do IFMG, evitando o acúmulo de estoque desnecessário e permitindo que os produtos sejam adquiridos conforme sua real demanda. Além disso, o Registro de Preços possibilita a substituição rápida de itens danificados ou a aquisição de produtos adicionais sem a necessidade de um novo processo licitatório.

A ampla gama de fornecedores identificada no levantamento de mercado também sustenta essa escolha, garantindo a competitividade do certame e assegurando que a Administração Pública tenha acesso às melhores ofertas disponíveis, sem sacrificar a qualidade.

5. Justificativa Econômica: A contratação via Pregão SRP apresenta uma vantagem econômica significativa, pois permite a aquisição dos produtos ao longo do período de vigência da ata, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as necessidades específicas do IFMG Campus Bambuí. Ademais, a escolha por aparelhos eficientes energeticamente proporciona economia no longo prazo, devido à redução dos custos operacionais, principalmente no que se refere ao consumo de energia elétrica.

Conclusão: A solução proposta, baseada na aquisição por Pregão SRP, atende às exigências técnicas e econômicas, sendo a opção mais vantajosa para o IFMG Campus Bambuí. Além de garantir a qualidade dos aparelhos e utensílios domésticos a serem adquiridos, proporciona flexibilidade nas aquisições futuras e assegura uma assistência técnica eficiente, garantindo o funcionamento adequado dos produtos adquiridos ao longo de seu ciclo de vida.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades dos itens a serem adquiridos estão detalhadamente especificadas na tabela abaixo. A estimativa foi elaborada com base no planejamento (SISPLAN) do IFMG - Campus Bambuí, garantindo que as previsões estejam alinhadas com as necessidades institucionais. Além disso, aplicou-se um multiplicador de 2 sobre o quantitativo total para fins de registro de preços, assegurando margem adequada para eventuais variações de demanda ou necessidades imprevistas

Item	Descrição detalhada	Unid.	Quant.
	Aparelho de ar condicionado 12000 Btus Aparelho de ar		

1	condicionado tipo Split Hi-Wall, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade 12.000 Btus, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep /swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética “A”, VOLTAGEM 220V, bifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.	UND.	6
2	Aparelho de ar condicionado 18.000 Btus Aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade 18.000 Btus, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep /swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética “A”, VOLTAGEM 220V, bifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.	UND.	6
3	Aparelho de ar condicionado 60.000 Btus Aparelho de ar condicionado tipo Split PISO/TETO, novo, com tecnologia INVERTER, ciclo frio, capacidade de refrigeração de 60.000 Btus, que utilizem gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio, com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing e velocidade de ventilação, baixo nível de ruído, função ventilar, classificação de eficiência energética “A”, VOLTAGEM 220V, trifásica, frequência 60 Hz, unidade condensadora com descarga horizontal.	UND.	12
4	Bebedouro de mesa refrigerado para garrafão Bebedouro de mesa refrigerado para garrafão de 20 L - Sistema eletrônico de refrigeração, baixo consumo de energia. Possuir duas torneiras, uma para água natural e outra para água gelada. Sistema perfurador que permite a colocação do garrafão sem necessidade de retirar o lacre, evitando derramamentos. Faz passagem direta do galão de água para a torneira, evitando o contato externo. Dreno para	UND.	4

	remoção de água. Bandeja coletora de água removível e de fácil limpeza. Voltagem: Bivolt. Cor: Branco. Incluso: Manual do produto. Garantia: 12 meses.		
5	Bebedouro Industrial BEBEDOURO ÁGUA BEBEDOURO INDUSTRIAL, CAPACIDADE DE 100 LITROS NO RESERVATÓRIO, COM FILTRO, 2 OU 3 TONEIRAS CROMADAS, APARADOR DE ÁGUA FRONTAL EM CHAPA E AÇO INOX COM DRENO, REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOX, RESERVATÓRIO DE ÁGUA E TANQUE INTERNO EM MATERIAL ATÓXICO, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX, GÁS ECOLÓGICO, MOTOR HERMÉTICO, 127 V (OU BIVOLT), CERTIFICADO INMETRO	UND.	10
6	Cortador de Frios CORTADOR, FRIOS, Aparelho construído em liga de alumínio injetado e pintado com sistema eletrostático a pó em duas camadas, sendo a última com verniz atóxico, o que garante absoluta proteção contra corrosão e oxidação. Lâminas de alta qualidade feitas em aço temperado revestido com cromo duro. As lâminas são montadas sobre polias e rolamentos de esferas, o que garante um funcionamento silencioso. Especificações Técnicas: Lâmina com 200 mm de diâmetro em aço cromo duro. Capacidade de corte: 150 x 125 mm. Indicado para pequenas produções. Voltagem: 110/220 V com chave seletora. Pintura eletrostática a pó em duas camadas. Dimensões: 51x34x43 cm (LxAxP). Peso: 14,5 Kg. Garantia: 6 meses.	UND.	2
7	Cortador de Legumes grande Cortador de Legumes grande para uso industrial; Corpo em alumínio fundido e esmaltado; Tripé Soldado; Com duas molas; Navalha em aço inox; Colunas em aço maciço; Macho em plástico; Altura mínima: 110 cm; Peso mínimo: 3,0 kg; Pintura Eletrostática	UND.	4
8	Cortina de ar Cortina de ar de 150 cm; tensão: 220 v; com controle remoto; potência: a partir de 240 watts; instalação: Parede.	UND.	4
9	Cortina de ar Cortina de ar de 200 cm; tensão: 220 v; com controle remoto; potência: a partir de 300 watts; instalação: Parede.	UND.	8
10	Escada com sete degraus Escada em alumínio com sete degraus e fita de segurança - Material em alumínio, fabricada segundo os critérios da ABNT, leve, dobrável e fácil de guardar, com pescoço longo, possibilitando dois pontos de apoio; ideal para pequenos consertos e para alcançar lugares mais elevados, maior leveza e durabilidade. Dimensões aproximadas: altura: 180 cm; largura 43 cm. Capacidade: 100 Kg. Composição do produto: Degraus com tapete de borracha.	UND.	6

11	Fogão à gás industrial - 4 bocas sem forno Fogão à gás industrial - 4 bocas. Sem forno; estrutura, quadro superior, painel de comando, prateleiras inferiores gradeadas e bandeja aparadoras, todo em aço inoxidável AISI 304 - 18.8; 04 trepes de (400x400) mm e 02 queimadores de 300 g simples; de alta potência em ferro fundido; registro de gás com duas graduações de chama; tubo de distribuição em aço pintado; medindo aproximadamente (1000x850) mm.	UND.	2
12	Fogão industrial de baixa pressão para Gás GLP com 2 bocas duplas sem forno, Fogão industrial de baixa pressão para Gás GLP com 2 bocas duplas sem forno, com estrutura em aço carbono super resistente e acabamento em pintura pó eletrostática com base fosfatizada, para atender a cozinha do IFMG.	UND.	2
13	Forno Microondas, mínimo 30 litros FORNO MICROONDAS, Capacidade mínima - 30 Litros, mínimo de 03 níveis de potência, Tensão / Voltagem 110V. medidas aproximadas: altura 30 cm, largura 51 Cm, profundidade 40 Cm.	UND.	18
14	Frigobar Frigobar com capacidade de 120 Litros, cor branca, com congelador, controle de temperatura, porta reversível com prateleira (interna) inferior para garrafas com capacidade de até 2,5L, iluminação interna, pés deslizantes niveladores de altura (frontais e traseiros), porta-latas com capacidade para 10 latas, Frequência: 60Hz 127 V, Selo Procel, faixa A da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.	UND.	2
15	Geladeira 236 litros Geladeira 236 litros com as seguintes características: Pannel manual, 01 gaveta, 01 porta, 4 prateleiras, pés niveladores, capacidade do freezer 26 litros, capacidade do refrigerador 236 litros, degelo cycle defrost, altura 152 cm, largura 55cm, profundidade 63,9 cm, peso 43 kg, 110 volts. Exclusiva gaveta para alimentos frescos como carnes, frios e laticínios, que não precisam ser retirados durante o descongelamento do refrigerador. Prateleiras da porta removíveis. Prateleiras do refrigerador removíveis, reguláveis e inclináveis: permitem o ajuste de acordo com a sua necessidade. -Pés niveladores: fácil nivelamento e movimentação do produto. -Porta em aço galvanizado. Não contém CFC: Não agride a camada de ozônio. Garantia mínima de 01 ano.	UND.	12
16	Lavadora de Alta Pressão LAVADORA, ALTA PRESSÃO, com as seguintes características: Fabricado com Materiais de Alta Resistência. Gatilho com Trava. União da Pistola em Latão. Com no mínimo 80% dos Materiais Recicláveis. Tensão (V) 220 Frequência (Hz), com medidas mínimas de 60 Profundidade Embalado (mm) 520 Altura Embalado (mm) 575 Largura Embalado	UND.	6

	(mm) 380 Comprimento do Cordão (m) 5 Pressão (bar /psi) 1600 Peso Líquido (Kg) 22, 1, Vazão igual ou superior a (l/h) 400 Garantia 12 Meses.		
17	Lavadora semiautomática 20Kg Lavadora semiautomática 20 kg, 220 v, Material plástico, semiautomática, água fria, abertura superior, dispenser duplo, retentor de objetos, filtro de fiapos, sistema de lavagem turbilhonamento, quantidade molhos 2 molhos, tempo de funcionamento 28 minutos, motor com protetor térmico, motor potência nominal 280W, rotação do motor 1625pm, desligamento automático, 03 níveis de Água. Dimensões: Altura: 97 cm, Largura: 56 cm, Profundidade: 61 cm, Peso: 11,2 kg. Garantia: 12 meses	UND.	4
18	Liquidificador LIQUIDIFICADOR com capacidade entre 2 a 4 litros, Copo de Plástico, mínimo 2 velocidades mais a função Pulsar/Triturar, potência acima de 500W, voltagem 110/220, máximo de consumo de energia de 1,4 kw/h, lâminas em inox. Base antiderrapante e porta fio. Marca de referência: Britânia BLQ1380P	UND.	2
19	Liquidificador Liquidificador com as seguintes características: confeccionado em plástico e metal, 05 velocidades, 2,4 litros de capacidade, características dos batedores: Liquidificar, fatiar e triturar gelo, fazer sucos, vitaminas, molhos, sopas, bolos, com trava de segurança, com base antiderrapante, voltagem 110 volts, potência 700 w, consumo 0,7 Kw/h, cor preto, conteúdo da embalagem: 1 Unidade motora, 1 copo, 1 filtro, 1 tampa, 1 sobre tampa, 1 manual, peso aproximado 2,1 kg, garantia mínima 24 meses.	UND.	2
20	Liquidificador industrial em aço inox. Liquidificador industrial em aço inox. Capacidade 4 litros. Corpo do copo em chapa 1,5 mm de espessura. Acabamento polido sanitário, espelhado interno e externo. Motor de ¼ HP. Copo de aço inoxidável AISI 304, com alça e tampa em aço inoxidável. Bivolt.	UND.	4
21	Rack p/ máquina de lavar louça - 18 pratos Gaveta Rack p/ máquina de lavar louça. Gaveta (rack) de pino confeccionas em polipropileno (PP) resistente a temperatura, na cor azul; Aplicação: 18 pratos ou bandejas; Dimensões: 12,5 x 50,0 x 50,0cm (alt x larg x compr)	UND.	8
22	Ventilador de Coluna Ventilador de coluna com regulagem de altura, 3 hélices com forma diferenciada para maior vazão de ar e 3 velocidades para ajustar de acordo com sua necessidade, com movimento oscilante, inclinação regulável e fácil montagem, potm de 80w caltura minima de 1,11m, voltagem 110v.	UND.	16
	Ventilador de Mesa 40cm 6 pás Ventilador de mesa silencioso, 40 cm 6 hélices com forma diferenciada para		

23	maior vazão de ar e 3 velocidades para ajustar de acordo com sua necessidade, com movimento oscilante, inclinação regulável e fácil montagem, potência mínima de 50w; tensão de alimentação 127 V; com grade de proteção para as hélices removível; com protetor térmico; com fusível de segurança; com alça de transporte.	UND.	20
24	Ventilador de Teto, orbital com giro de 360° Ventilador de Teto, orbital com giro de 360° Características Técnicas: Maior ou igual a a 50cm Potência: Maior ou igual que 160W. Frequência: 60Hz. Voltagem: 127V/220V (Bivolt). Inclinação Ajustável: Garantia maior ou igual a 1 ano	UND.	150
25	Estufa elétrica para cozinha Estufa para aquecimento de marmitas a seco, capacidade 50 unidades, revestimento externo em aço inox, aquecimento uniforme através de resistências blindadas em aço inox, perfeito isolamento em lã de vidro garantindo baixo consumo energético, temperatura controlada através de termostato de 20 à 120°C; 127 V, própria para aquecimento de marmitas acondicionadas em recipientes de alumínio, aço inox, potes plásticos resistentes ao calor, potes de vidro temperado, ou quaisquer outros recipientes que suportem até 100°C.	UND.	8
26	Bebedouro Industrial 50 Litros Inox Bebedouro Industrial 50 Litros - Aço Inox 1. Capacidade e Material: Armazenamento de água gelada: Capacidade de 50 litros no reservatório. Estrutura externa fabricada em aço inox 430 brilhante, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de limpeza. Serpentina interna em aço inox 304 para maior eficiência na troca térmica e resistência à oxidação. 2. Sistema de Refrigeração: Compressor hermético de alta eficiência, com isolamento térmico em EPS (poliestireno expandido), proporcionando economia de energia e maior retenção de temperatura. Utiliza gás refrigerante ecológico R134a, alinhado às normas ambientais, garantindo eficiência sem agressão ao meio ambiente. 3. Distribuição de Água: 2 Saídas de água gelada ou natural em metal cromado de alta resistência, projetadas para uso intenso e prolongado, podendo ser torneira ou jato; Aparador de água (bandeja) removível, fabricado em aço inox 430, com dreno embutido para facilitar o escoamento da água residual. 4. Controle e Ajustes: Termostato regulável para controle da temperatura da água, permitindo ajustes entre 5°C e 10°C, dependendo das condições de uso e necessidades do ambiente. Sistema de refrigeração balanceado, com baixo consumo	UND.	12

	de energia, garantindo economia e eficiência. Base com sapatas de nivelamento em nylon, ajustáveis para garantir a estabilidade do equipamento em superfícies irregulares. 5. Segurança e Certificação: Certificado pelo Inmetro, assegurando que o equipamento atende aos requisitos de segurança e qualidade estabelecidos por normas brasileiras. Equipamento projetado com foco em segurança operacional e baixo impacto ambiental. 6. Garantia e Assistência Técnica: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Assistência técnica nacional, com suporte disponível para reposição de peças e manutenção preventiva.		
27	Bebedouro industrial 25 litros Especificação Técnica: Bebedouro Industrial de Água Gelada 1. Estrutura e Material: Fabricado em aço inoxidável 430 para alta durabilidade e resistência à corrosão. Possui reservatório com capacidade para atender até 60 pessoas por hora, considerando um consumo médio de 200 ml por pessoa. 2. Capacidade e Isolamento: Capacidade do reservatório: Mínimo de 25 litros, em material resistente, como polipropileno. Isolamento térmico em EPS (poliestireno expandido), garantindo eficiência na manutenção da temperatura da água. 3. Controle de Temperatura: Equipado com termostato para ajuste da temperatura da água, permitindo personalização de acordo com as necessidades dos usuários. 4. Segurança e Estabilidade: Contém pés reguláveis em material de alta resistência (como ABS injetado) para maior estabilidade e adaptação em diferentes superfícies. Sistema de refrigeração que utiliza gás refrigerante ecológico (ex.: R134a), em conformidade com normas ambientais, não agressivo à camada de ozônio. 5. Sistema de Distribuição: Serpentina interna em aço inox 304 para eficiência na troca de calor. Aparador de água reforçado e mangueira de dreno para fácil escoamento da água residual. 6. Acessórios e Garantia: O equipamento deve vir com filtro multiuso como parte do pacote inicial. Garantia mínima de 1 ano contra defeitos de fabricação. 7. Dimensões e Especificações Elétricas:	UND.	10

	Voltagem: 220V ou 110V a escolher Tomada com 3 pinos, conforme normas da ABNT/NBR 60335. Dimensões aproximadas (LxAxP): 33 x 125 x 50 cm. Peso: Aproximadamente 17 kg.		
28	Aquecedor Elétrico - Portátil Aquecedor Elétrico portátil com as seguintes características: - potência: 03 níveis de aquecimento: 400, 800 e 1200 Watts; - desligamento automático; - material: cabo de força revestido em borracha; material plástico em PP e grade metálica; tubos de halógeno; - termostato interno para evitar superaquecimento; - grade protetora tipo colméia para igualar o calor; - silencioso; - rotação lateral; - consumo aproximado de 1,2 kW/h na frequência de 60 Hz; - dimensões aproximadas (LxAxP): 34 x 55 x 14 cm; - área recomendada: 15 a 18 m². Garantia mínima de 01 ano.	UND.	8
29	FORNO COMBINADO ELÉTRICO 40 GN Forno combinado elétrico, 10 funções, 500 receitas, capacidade para 40 GN's, tecnologia steam power e higienização automática - 220V- trifásico. Forno combinado de produção para alta demanda de refeições para restaurantes. Equipamento de alta tecnologia que permite a cocção de diversos tipos de alimento na mesma câmara, pois combina 3 funções diferentes: vapor, ar quente e vapor combinado. Permite o preparo de diversos alimentos diferentes ao mesmo tempo sem que os sabores e aromas se misturem e sem restrição de recipiente, podendo ser usado alumínio, vidro, porcelana e afins. Produzido inteiramente em aço inoxidável, com isolamento térmico de alto desempenho. Possui grande durabilidade e resistência. Possui uma sonda que permite identificar a temperatura do núcleo do alimento automaticamente e em tempo real, permitindo a adaptação das condições de vapor e temperatura para cada ocasião. Funções: vapor combinado, ar quente, cozinhar no vapor, regenerar, vapor manual, extrator de vapor, cocção por sonda/tempo, esfriar, minhas receitas e higienização automática. Armazena até 500 receitas de 4 passos cada uma, sensor de núcleo com 4 pontos de medição para controle de temperatura interna do alimento, controle de temperatura de 30°C a 260°C, controle de vapor ajustável de 0% a 100%, convecção de ar forçado por meio de turbinas de alta rotação, sensor de temperatura para monitoramento da câmara, isolamento de alta performance e durabilidade, dreno que facilita a higienização, uso eficiente de energia. Geração de vapor com sistema Steam Power, tecnologia para controle preciso da geração de vapor com baixo gasto energético. Higienização automática com 3 níveis de limpeza (leve, média e pesada). Capacidade para 40 GN's.	UND.	2

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A administração do IFMG opta por manter em sigilo o valor individual dos itens até a conclusão da licitação. Após essa etapa, o valor poderá ser consultado nos portais gov. br/compras ou <https://sisplan.ifmg.edu.br/processo/licitateca>.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após análise da natureza dos itens a serem adquiridos nesta contratação, não foram identificadas especificidades que exijam seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral do parcelamento, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Essa abordagem visa garantir a ampla concorrência entre os fornecedores, conforme o princípio constitucional da eficiência.

O parcelamento está previsto no art. 40, inciso V, alínea 'a', e no art. 47, inciso I da referida Lei, e deve ser aplicado sempre que possível, em aquisições e serviços. Embora não conste explicitamente no rol do art. 5º, o parcelamento decorre do princípio da eficiência, otimizando os recursos públicos e promovendo economicidade. A padronização dos itens, quando viável, facilita a aquisição em maior escala e gera benefícios para a Administração.

No que se refere às compras, devem ser considerados:

- O aproveitamento das características do mercado local, visando à economicidade, desde que mantidos os padrões de qualidade;
- A ampliação da competição e a prevenção da concentração de mercado.

No caso específico da aquisição de aparelhos e utensílios domésticos, os itens serão licitados individualmente, permitindo que os fornecedores participem dos itens de seu interesse, em consonância com a regra do parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. Os equipamentos aqui adquiridos serão alocados em ambientes já existentes no Campus.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Todos os itens desta contratação se encontram no SISPLAN-IFMG (Sistema de Planejamento Participativo) devidamente aprovado por seus gestores. Os itens da contratação foram extraídos da Solicitação de Execução de Compras nº 20144/2024.

A contratação está prevista no PCA 2024, conforme portaria Nº 222 de fevereiro de 2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Aqui estão alguns benefícios a serem alcançados com a aquisição de aparelhos e utensílios domésticos no IFMG - Campus Bambuí:

1. **Melhoria da infraestrutura:** A modernização de aparelhos como ventiladores, micro-ondas, bebedouros e refrigeradores permitirá uma infraestrutura mais funcional e atualizada, atendendo de forma mais eficaz às necessidades diárias do campus.
2. **Eficiência operacional:** A aquisição desses itens contribuirá para a otimização das operações administrativas e pedagógicas, facilitando o trabalho cotidiano de servidores e melhorando o suporte logístico em diversos setores.
3. **Conforto e bem-estar:** Equipamentos modernos garantirão maior conforto e praticidade para alunos, servidores e colaboradores, tornando o ambiente mais agradável, tanto em áreas de convivência quanto em ambientes de trabalho.
4. **Apoio ao aprendizado e desenvolvimento:** Um ambiente de ensino com infraestrutura adequada favorece a concentração e o rendimento dos alunos, promovendo um clima mais propício ao aprendizado.
5. **Sustentabilidade e economia de energia:** A aquisição de aparelhos mais modernos e eficientes energeticamente pode contribuir para a redução do consumo de energia elétrica, alinhando-se às práticas de sustentabilidade adotadas pelo campus.
6. **Valorização do ambiente institucional:** A melhoria nos equipamentos reforça o compromisso do IFMG com a qualidade do ambiente acadêmico e administrativo, refletindo positivamente na imagem da instituição e na satisfação da comunidade.

Esses benefícios demonstram como a aquisição de aparelhos e utensílios domésticos impacta diretamente na eficiência, bem-estar e desenvolvimento institucional.

13. Providências a serem Adotadas

Tendo em vista que os equipamentos solicitados são amplamente utilizados no campus, não faz-se necessária nenhuma providência específica de adequação de infraestrutura, nem contratação de serviços adicionais ou mesmo capacitação dos servidores usuários.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de aparelhos e utensílios domésticos no IFMG - Campus Bambuí pode gerar alguns impactos ambientais, conforme descrito a seguir:

1. **Consumo de energia:** Equipamentos elétricos, como ventiladores, micro-ondas, bebedouros e refrigeradores, podem aumentar o consumo de energia no campus, principalmente se não forem escolhidos aparelhos com eficiência energética. Esse aumento no consumo pode contribuir para a ampliação da pegada de carbono da instituição.
2. **Descarte de equipamentos antigos:** A substituição de aparelhos antigos por novos pode gerar resíduos eletrônicos (e-waste). Caso o descarte não seja feito corretamente, esses resíduos podem liberar substâncias tóxicas no solo e na água, impactando negativamente o meio ambiente e o ecossistema local.
3. **Impacto na cadeia de produção:** A fabricação e o transporte de aparelhos e utensílios domésticos geram emissões de gases de efeito estufa ao longo de toda a cadeia produtiva, desde a extração de matérias-primas até a produção, distribuição e logística. Isso contribui para o aquecimento global e outros problemas ambientais relacionados à poluição atmosférica.
4. **Uso de materiais não recicláveis:** Muitos aparelhos ainda utilizam materiais plásticos e componentes que não são facilmente recicláveis, o que pode aumentar a geração de resíduos sólidos que demoram para se decompor, causando impactos ambientais de longo prazo.
5. **Consumo de água:** Equipamentos como bebedouros, se mal utilizados ou mal mantidos, podem gerar desperdício de água. Isso impacta diretamente o consumo de recursos hídricos do campus, podendo agravar o gerenciamento sustentável da água.
6. **Embalagens e resíduos:** A aquisição de novos equipamentos geralmente envolve o uso de embalagens plásticas, isopor e outros materiais, que podem aumentar a quantidade de resíduos gerados, sobrecarregando o sistema de descarte de resíduos do campus.

Medidas Mitigadoras:

Para mitigar esses impactos, o IFMG - Campus Bambuí pode adotar as seguintes ações:

- **Eficiência energética:** Priorizar a compra de aparelhos com certificação de eficiência energética, como os que possuem o selo Procel, reduzindo o consumo de energia e a pegada de carbono.
- **Descarte responsável de eletrônicos:** Implementar um programa de coleta e descarte adequado de equipamentos antigos, enviando-os para reciclagem ou destinação correta, de acordo com as normas ambientais.
- **Cadeia de produção sustentável:** Priorizar fornecedores que utilizem práticas de produção sustentáveis, além de optar por produtos fabricados localmente, reduzindo as emissões associadas ao transporte.
- **Materiais recicláveis:** Optar por aparelhos fabricados com materiais recicláveis e com embalagens sustentáveis, promovendo a coleta seletiva e a reciclagem no campus.
- **Uso eficiente da água:** Garantir a manutenção adequada dos equipamentos, como bebedouros, para evitar vazamentos e desperdício, além de incentivar o uso consciente da água.
- **Redução de resíduos:** Exigir que os fornecedores utilizem embalagens sustentáveis e adotar práticas de coleta seletiva e reciclagem para minimizar o impacto gerado pelas embalagens descartáveis.

Embora a aquisição desses itens não cause impactos ambientais significativos, vale destacar que a maioria dos aparelhos requer energia elétrica para seu funcionamento. Como parte das iniciativas de sustentabilidade, o Campus Bambuí adota o sistema de energia renovável, através de usinas de energia fotovoltaica, contribuindo com a redução de gastos e emissão CO2 para a atmosfera, o que também pode servir de exemplo para futuras implementações no Campus Bambuí.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Segue a justificativa de viabilidade para a solução proposta:

A adoção do Pregão SRP (Sistema de Registro de Preços) para a aquisição de aparelhos e utensílios domésticos no IFMG - Campus Bambuí atende plenamente às exigências técnicas e econômicas, sendo a opção mais vantajosa para a instituição. Essa modalidade de aquisição permite uma maior competitividade entre os fornecedores, assegurando que o processo seja pautado pelos princípios de economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além de garantir a qualidade dos aparelhos e utensílios domésticos a serem adquiridos, o uso do Pregão SRP proporciona flexibilidade nas aquisições futuras. Essa característica é fundamental para que o campus possa realizar novas aquisições conforme a demanda, sem a necessidade de novos processos licitatórios, o que otimiza o tempo e os recursos envolvidos. A flexibilidade na compra também permite que a instituição se adeque rapidamente a necessidades emergentes, mantendo a continuidade das operações e atividades pedagógicas.

Outro ponto relevante é a garantia de que a solução proposta inclui assistência técnica eficiente, assegurando o funcionamento adequado dos equipamentos ao longo de seu ciclo de vida. Isso evita interrupções ou problemas técnicos que possam comprometer o uso dos aparelhos no dia a dia, garantindo a plena operação dos setores administrativos, laboratórios e espaços de convivência do campus.

Portanto, a aquisição via Pregão SRP se destaca como uma solução robusta, capaz de garantir a economicidade, a flexibilidade de aquisições e a manutenção da qualidade dos produtos ao longo do tempo, alinhada às necessidades do IFMG - Campus Bambuí.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

EVANDRO FRANCISCO CARVALHO

Coordenador de Planejamento e Orçamento



Assinou eletronicamente em 28/10/2024 às 14:33:25.

HELENISE APARECIDA SILVA CARVALHO

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 28/10/2024 às 14:31:11.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Bambuí
Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenadoria de Planejamento e Orçamento
Gerência de Compras, Licitações e Contratos
Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - Km 05 - Caixa Postal 05 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG
37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preços nº: xx/xxxx
Processo nº: (inserção automática do nº do processo)

Pregão Eletrônico nº: 90044/2024
Processo nº:23209.003634/2024-69

A Autarquia INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, por intermédio do CAMPUS BAMBUÍ com sede na Fazenda Varginha, Rodovia Bambuí-Medeiros, Km 05, na cidade de Bambuí /Estado Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.626.896/0003-34, neste ato representado por seu Diretor Geral Humberto Garcia de Carvalho, nomeado pela Portaria nº 1195 de 11 de outubro de 2023, publicada no DOU de 16 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1479711, considerando o julgamento da licitação Pregão Eletrônico nº 90044/2024, processada sob o nº 23209.003634/2024-69, RESOLVE registrar o preço ofertado da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxx-xx, estabelecida à Rua xxxxxxxxxxx, nº xx, Bairro xxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxxx, CEP nº xxxxxxxxxxx, neste ato, representada por seu sócio proprietário, o Senhor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de aparelhos e utensílios domésticos, especificado(s) no(s) item 1.1. do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 90044/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantida de Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

E, por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Contrato e disponibilizado por meio eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme Portaria nº 1151 de 27 de setembro de 2017 do IFMG e respeitando o Decreto Presidencial nº 8539 de 8 de outubro de 2015, ao qual depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantida de Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantida de Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

BambuÍ, 28 de outubro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Helenise Aparecida Silva Carvalho, Membro da Comissão Permanente de Licitação**, em 30/10/2024, às 18:06, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2084583** e o código CRC **8AED3A39**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Bambuí
Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenadoria de Planejamento e Orçamento
Gerência de Compras, Licitações e Contratos
Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - Km 05 - Caixa Postal 05 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG
37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

ANEXO IV

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SEI IFMG

(LICITANTE: Este modelo deverá ser preenchido por você modificando os textos em destaque para se adequar aos padrões do IFMG.)

Nome completo e sem abreviaturas:	Estado Civil:
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefone comercial fixo com DDD:
Telefone celular com DDD:	Telefone residencial fixo com DDD:
Endereço comercial:	
Endereço residencial:	
Endereço eletrônico institucional (e-mail):	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

1. O **sigilo da senha de acesso**, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
2. É de inteira responsabilidade da empresa manter todos os dados atualizados perante ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, durante a vigência do contrato ou outro instrumento jurídico;
3. A **conformidade entre os dados informados** no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;
4. A **confeção da petição e dos documentos digitais** em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
5. A **conservação dos originais em papel de documentos digitalizados** enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para qualquer tipo de conferência;

6. A **verificação**, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento dos documentos transmitidos eletronicamente;
7. A realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, o usuário ou a entidade porventura representada, não sendo admitidas intimação ou protocolização por meio diverso, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio;
8. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-IFMG, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;
9. A **consulta periódica ao SEI-IFMG** ou ao sistema por meio do qual efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição;
10. As condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e
11. A **observância dos períodos de manutenção programada**, que serão realizadas, preferencialmente, no período da 0 hora dos sábados às 22 horas dos domingos ou da 0 hora às 6 horas nos demais dias da semana, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Para que este Cadastro seja aprovado, o usuário deve apresentar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais os seguintes documentos, juntamente com o presente Termo assinado (pode o presente Termo ser assinado com Certificado Digital e Assinatura digital ou assinatura conforme documento de Identificação apresentado), apresentando juntamente as cópias dos seguintes documentos:

- Comprovante de Endereço Residencial dos últimos 90 dias
- Comprovante de Endereço Comercial dos últimos 90 dias;
- Registro Geral (Identidade)
- CPF;
- Contrato Social;
- Última alteração contratual;
- Procuração com poderes legais de representação registrada em cartório (caso haja).

Belo Horizonte, ____ de ____ de ____.

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

Assinatura conforme documento com foto apresentado e carimbo ou assinatura com certificado digital

Bambuí, 28 de outubro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Helenise Aparecida Silva Carvalho, Membro da Comissão Permanente de Licitação**, em 30/10/2024, às 18:12, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2084584** e o código CRC **4CB2B26D**.

23209.003634/2024-69

2084584v1